

“Brasil tira proveito da situação”

Paris — Os analistas financeiros em Paris consideram que o Brasil está procurando tirar vantagem de suas enormes dificuldades para obter concessões dos bancos internacionais. O quadro é simples: na semana que vem começam nos EUA as negociações para o reescalonamento de uma dívida de 70 bilhões de dólares, mais da metade da qual está comprometida com bancos dos EUA.

Os brasileiros, segundo os analistas, deverão ter neste semestre um superávit de sua balança comercial de apenas um bilhão de dólares, enquanto o serviço da dívida que vence no mesmo período sobe a US\$ 4,5 bilhões. O buraco de US\$ 3,5 bilhões deverá ser preenchido com dinheiro vindo de algum lugar. Além disso, o Brasil quer condições tão vantajosas quanto as que o México obteve na

renegociação de sua dívida, também à beira do abismo. Até aqui os banqueiros têm resistido fortemente a essa idéia.

Mas, o Citicorp, o maior banco dos EUA tem nada menos que a 4,7 bilhões de dólares emprestados ao Brasil, o Chase, US\$ 2,8 bilhões, o Manufactures Hannover, US\$ 2,2 bilhões e o Morgan US\$ 1,9 bilhão. Só os “quatro grandes” da dívida brasileira nos EUA têm uma “exposure” de 11,6 bilhões de dólares no Brasil, um total equivalente a 10% da dívida de nosso país.

A suspensão do pagamento, observam os banqueiros, também tem um propósito declarado. Segundo a legislação dos EUA, se dívidas contraídas não forem pagas três meses após o seu vencimento devem ser lançadas nas colunas de perdas dos bancos que

devem imobilizar fundos equivalentes para garantir esses “maus empréstimos”. “Ora, quando as cifras ultrapassam a centena de bilhões de dólares quem não deve perder o sono são os credores”, afirmou, ironicamente, a *Le Matin* o banqueiro Rolland Calvo, do banco Indosuez.

Os bancos podem, e certamente farão concessões, mas à custa de uma reciprocidade por parte do Brasil, estimam os analistas. Em primeiro lugar — segundo banqueiros franceses — deveria acabar a “anarquia total” que hoje domina a economia brasileira. Depois as medidas são clássicas: esfriamento da demanda interna, redução do déficit público, uma política fiscal que favoreça a poupança sem desencorajar o investimento e concessões quanto à operação de capitais estrangeiros no Brasil.